



2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 19/07/1993
C	Rubrica

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
Processo N.º 0825-006.062/81-15**

ovrs

Sessão de 06 de novembro de 1985

ACORDÃO N.º 201-63.677

Recurso n.º 73.824

Recorrente INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS PRIMOR LTDA.

Recorrida DRF EM BAURU - SP

IPI - 19) Saída de produtos sem emissão de Nota Fiscal. 20) Produtos devolvidos ou retornados ao estabelecimento fabricante sem escrituração no Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque ou fichas capazes de substituí-lo. 30) Vendas à empresa interdependente. Inaplicável a norma do artigo 46, § 3º, do RIPI/79 c.c artigo 51 § 2º, se o preço de atacado do próprio produto existe na praça remetente. Dá-se provimento parcial ao recurso para excluir a parte relativa ao valor tributável nas vendas, (remessas), ocorridas entre julho/79 e julho/81. Item 3º do auto de infração. Mantém-se a exigência relativa aos itens 19 e 20 do mesmo Auto. Decisão por maioria.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por **INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS PRIMOR LTDA.**

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do Relator. Vencidos os Conselheiros LINO DE AZEVEDO MESQUITA, HAROLDO BRAGA LOBO e OSVALDO TANCREDO DE OLIVEIRA, que excluíram da exigência a parcela a menor. Presente ao julgamento o Adv. Dr. SALVADOR FERNANDO SÁLVIA, patrono da Recorrente.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1985.

*HAROLDO BRAGA LOBO - Presidente

MÁRIO DE ALMEIDA - Relator

**IRAN DE LIMA - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 23 OUT 1992

segue verso-

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros FERNANDO NEVES DA SILVA, SELMA SANTOS SALOMÃO WOLSZCZAK, CARLOS EDUARDO CAPUTO BASTOS e SÉRGIO GOMES VELLOSO.

* Assina o atual Presidente Dr. ARISTÓFANES FONTOURA DE HOLANDA, em razão do falecimento do então Presidente Dr. HAROLDO BRAGA LOBO.

**Vista em 23/10/92, ao Procurador-Representante da Fazenda Nacional, Dr. ANTONIO CARLOS TAQUES CAMARGO, em face da Portaria PGFN nº 62, D.O. de 30/01/92.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
Processo N.º 0825-006.062/61-15

Recurso n.º: 73.824

Acordão n.º: 201-63.677

Recorrente: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS PRIMOR LTDA.

R E L A T Ó R I O

O presente Processo ora em grau de recurso, esteve em julgamento nesta Egrégia Câmara em 17.10.84 quando, à unanimidade de seus membros, foi o mesmo transformado em Diligência em apoio ao meu voto, em preliminar ao mérito.

Leio para oitiva e rememória deste Colendo plenário o relatório e o voto pré-falado tal como se encontram às fls. 164/171.

O resultado da Diligência encontra-se às fls. 176/191 que passo a ler e dispenso a transcrição.

Deste foi dado vista aos ilustres patronos da recorrente que às fls. 193/194 se manifestaram sobre a Diligência e fizeram juntar os anexos de fls. 195/402.

É o relatório.

segue-

Processo nº 0825-006.062/81-15

Acórdão nº 201-63.677

VOTO DO RELATOR, CONSELHEIRO MÁRIO DE ALMEIDA

No que concerne a saídas de produtos sem emissão de notas fiscais, infração que foi apurada com base em autos lavrados pelo fisco estadual, entendo que deve ser mantida a exigência fiscal. Com efeito, a denúncia se acha amparada pelo art. 199 do CTN, que autoriza a troca de informações entre a Fazenda Pública da União e dos Estados, no interesse da fiscalização dos tributos; ainda porque a autuada se conformou com a exigência nas referidas autuações do fisco estadual e porque a fiscalização federal, no caso destes autos, somente reclamou o IPI relativo àqueles produtos apreendidos desacompanhados de documento fiscal "no sentido literal do termo", e não naqueles casos de mera inidoneidade dos documentos em questão.

Quanto ao crédito de IPI relativo a produtos devolvidos ou retornados ao estabelecimento fabricante, sem a competente descrituração no livro Registro de Controle da Produção e do Estoque, ou fichas destinadas a substituí-lo, igualmente falece razão ao recurrente. Realmente, embora o direito de crédito, nas devoluções, decorra, em última análise, do princípio de não cumulatividade do imposto, esse fato não socorre a empresa, justamente porque a inexistência de registro dessas devoluções permitiu à autuada dar saída a produtos sem lançamento do IPI, valendo assinalar que a empresa nem soube informar a quantidade de insumos utilizada no fabrico dos produtos, nem provou a reincorporação de bens ao estoque.

Por último, cumpre apreciar o litígio no que concerne a vendas efetuadas para empresa interdependente, por preço inferior ao valor tributável mínimo previsto na lei, do que decorreu lançamento a menor do imposto.

Trata-se de remessas regidas, à época, pelo art. 46, I, a, do RIPI/79, eis que destinadas a estabelecimento de firma com a qual a ora recurrente mantinha relação de interdependência.

Deflui do que consta dos autos que por todo o período objeto do litígio houve vendas a terceiros, por atacado. De abril a segue-

Processo nº 0825-006.062/81-15

Acórdão nº 201-63.677

junho de 1979, tais vendas eram procedidas tanto pela recorrente quanto pela interdependente; de julho de 1979 a julho de 1981 apenas a interdependente vendeu por atacado, na praça.

No tocante ao período de abril a junho de 1979, o lançamento de ofício foi efetuado mediante adoção, como valor tributável, do valor das vendas por atacado praticadas pela recorrente.

Em sua defesa a empresa não recusa claramente essa exigência, podendo-se apenas mencionar argumentos genericamente postos no sentido de que o valor tributável não pode exceder ao valor da operação, sendo este o valor de industrialização.

Ora, é meridiana a clareza da norma a que se refere a recorrente, quando indica como valor tributável o valor da operação de que decorrer o fato gerador. Observa-se facilmente que o fato gerador (saída) não decorre da operação de industrialização, mas da operação de venda, Sem razão a empresa, no particular.

Por outro lado, os argumentos relativos a arbitramento, avaliação contraditória e ilegalidade de normas regulamentares, não são pertinentes a esse período. Ao contrário, por toda a defesa empenhou-se a recorrente em afirmar que o valor tributável nas remessas a interdependentes é o preço de venda no atacado, sendo certo que, no auto de infração, foi justamente o preço praticado pela empresa em suas vendas por atacado adotado para cálculo da exigência.

No tocante às remessas para a interdependente, no período de 7/79 a 7/81, foi a empresa autuada por não ter adotado, na identificação do valor tributável, a norma do art. 46, § 3º, do RI-PI/79, que se refere a hipótese de produtos saídos do industrial ou equiparado com destino a comerciante autônomo, para venda direta a consumidor, com intermediação de firmas interdependentes.

De fato, não só no auto de infração, mas igualmente na informação fiscal de fls. , dizem os autuantes que inexistia preço de atacado, porque a ora recorrente só procedeu a vendas para a interdependente, e apontam como valor tributável mínimo, nessas segue-

rocesso nº 0825-006.062/81-15

Acórdão nº 201-63.677

circunstâncias, o indicado no art. 46, § 3º, c.c/ art. 51, § 2º, por que, segundo os autuantes, esta é a norma aplicável nas remessas a interdependentes, desde que intermediação é a interposição da interdependente entre o fabricante e o consumidor. (fls. 100).

Ora, a norma do art. 46, § 3º, diz respeito a vendas diretas a consumidor, não procedendo o entendimento esposado pelos autuantes. E resultou demonstrado nos autos que as remessas em questão não se vinculam aquele tipo de operação: a recorrente não praticava vendas diretas a consumidor com a intermediação da interdependente.

Nestes termos, evidencia-se a improcedência do lançamento, como posto. Nem vejo como confirmar a exigência, agora por fato e critério diversos dos que inspiraram o auto, e contra os quais se produziu a defesa.

Com efeito, diz o auto, verbis:

... No período de Julho/79 a Julho/81, quando não mais existia o preço corrente no mercado atacadista da praça do remetente, por que a partir de Maio/79 só houve vendas a estabelecimento de firmas interdependentes, calculou e lançou o IPI nas notas fiscais relativas às vendas a estabelecimentos interdependentes, tomindo por base, para cálculo do imposto, um valor diferente do estabelecido pelo fisco no § 2º do art. 51, combinado com o § 3º do artigo 46 do RIPI DEC 83.263/79, o que resultou na falta de lançamento e de recolhimento do IPI no total de Cr\$ 126.207.694,07, conforme Termo de Verificação Fiscal, que contém a assinatura de dois fiscais...(fls. 1).

A impugnação trouxe o argumento de que os fatos não coincidem com a hipótese legal constante do § 3º do art. 46, razão porque essa regra não seria pertinente ao cálculo do tributo nas remessas questionadas.

A seguir pronunciou-se a autoridade julgadora de primeira instância, verbis:

Processo nº 0825-006.062/81-15

Acórdão nº 201-63.677

"Da autuação fiscal...

b) da legislação invocada

"A partir do mês de Maio/79 só houve vendas a interdependentes o que significa, de acordo com os Pareceres Normativos CST nºs. 26/70 e 89/79 a inexisteência do preço corrente no mercado atacadista da praça do remetente a partir de Maio/79, pois esse só se verifica quando há vendas, por atacado, feitas a terceiros, não interdependentes" - palavras dos autuantes, às fls. 2-v, item 3.

Entretanto, não é esse o entendimento atualmente adotado pela administração tributária, porque, como diz a ementa do PN CST 44/81, "Quando a determinação do valor tributável para efeito de cálculo do IPI for efetuada através dos preços praticados no mercado atacadista da praça do remetente, será considerado o universo das vendas realizadas naquela localidade", universo que o AD (N) CST 5/82 declara ser "as vendas efetuadas pelos remetentes e pelos interdependentes do remetente, no atacado, na mesma localidade, excluídos os valores de frete e IPI". E, é lícito concluir, se não houver vendas do remetente mas apenas do interdependente, o preço corrente de mercado será o preço de venda interdependente, obedecido naturalmente o prescrito no § 5º do art. 46 do RIPI/79.

Em face dessa conclusão não é o caso, portanto, de se buscar o valor tributável a partir do arbitramento previsto no § 2º do art. 51, c.c. inciso III e § 3º do art. 46 do RIPI/79, hipótese aplicável apenas diante da inexisteência de preço por atacado do produto ou seu similar e ainda assim se não houver elementos que possibilitem a fixação de preço maior". (grifo nosso)

Ainda inconformada, a empresa recorreu a este Colegiado alegando ainda uma vez que o art. 46, § 3º tem matriz legal no art. 28 do DL 1.593, ambas as regras inaplicáveis ao caso, porque pertinentes a hipótese diversa da vertente nos autos, já que não procede vendas diretas a consumidor.

Nessas condições, vejo que os fatos postos no auto de infração não são verdadeiros, naquilo que, segundo o auto, inexiste preço de atacado do produto, quando de fato tais vendas eram praticadas na praça. Também o critério de lançamento posto no auto é inadequado, eis que o lançamento foi efetuado com base em arbitramento, invocando-se a norma do art. 51, § 2º c.c/ art. 46 § 3º, segue-

Processo nº 0826-006.062/81-15

Acórdão nº 201-63.677

enquanto que não cabe arbitramento se o preço de atacado do próprio produto existe na praça do remetente.

Dianete do exposto não há como confirmar o lançamento de ofício, embora depreenda-se dos autos que efetivamente houve lançamento a menor do IPI nas remessas, já que o valor tributável é o preço de atacado praticado pela interdependente, sem exclusão do valor do frete porque não cobrado nem destacado pelo vendedor, e com exclusão do valor do IPI já pago. Apenas como complementação, cabe observar que o frete a excluir é o valor real, e não o valor indicado em qualquer tabela, ou aquele que poderia ter sido cobrado e destacado, mas não o foi.

De fato, a decisão de primeiro grau identificou corretamente o valor tributável nas remessas de que se trata. Apenas esse não foi o objeto da ação fiscal e, pois, do litígio instaurado com a impugnação.

Com essas considerações, dou provimento parcial ao recurso para excluir da exigência a parte relativa a valor tributável nas remessas ocorridas entre julho/79 e julho/81.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1985

MARIO DE ALMEIDA